

JUSTIFICATIVAS ACERCA DA ESCOLHA DO CONTRATADO

1. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação do Dr. Felipe Boeira da Ressurreição - OAB/RS 77.007 é fundamental e urgente para o CIMAU, visando garantir a legalidade, a conformidade e a eficiência nos procedimentos de contratação pública.

O objeto da contratação é o assessoramento e a consultoria jurídica especializados em **03 (três) processos licitatórios** que o Consórcio se prepara para lançar. A complexidade e a relevância desses certames exigem o suporte técnico-jurídico externo, que:

- 1.1. Atende ao interesse público, conferindo maior segurança jurídica aos atos administrativos e minimizando os riscos de impugnações, recursos e questionamentos por parte dos órgãos de controle.
- 1.2. Supre a carência de pessoal em número e/ou especialidade necessária dentro do quadro funcional permanente do Consórcio para o volume e especificidade da demanda no prazo necessário.
- 1.3. Contribui para a celeridade e o sucesso dos processos licitatórios, essenciais para a concretização de projetos e serviços de interesse dos Municípios consorciados.

2. DO ENQUADRAMENTO LEGAL DA DISPENSA EM RAZÃO DO VALOR

O presente processo enquadra-se na hipótese de dispensa de licitação prevista no **Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021**, que autoriza a contratação direta de serviços e compras, desde que o valor não ultrapasse o limite legalmente estabelecido para Consórcios Públicos.

• 2.1. Valor Total da Contratação: O valor proposto pelo Dr. Felipe Boeira da Ressurreição, OAB/RS nº 77.007, é de R\$ 15.000,00 conforme Proposta de Preços anexa.



• 2.2. Justificativa do Enquadramento: O valor de R\$ 15.000,00 é inferior ao limite legal do Art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021, demonstrando que a contratação direta é a opção mais econômica, célere e racional para atender à necessidade do Consórcio.

3. DA JUSTIFICATIVA DE PREÇO (VANTAGEM E RAZOABILIDADE)

Em estrito cumprimento ao Art. 72, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021, a presente contratação demonstrou a compatibilidade de preços e a vantagem para a Administração, por meio de pesquisa de mercado.

- 3.1. Pesquisa de Mercado: Foram realizadas pesquisas de preços junto ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme extrato anexo, abrangendo contratações de serviços de advocacia de natureza similar, realizadas por outros entes da Federação ou Consórcios Públicos, com o objetivo de obter o preço de mercado para o tipo de serviço.
- 3.2. Comparativo de Preços:
 - o Preço Médio de Mercado (PNCP/Outras Fontes): R\$ 54.000,00
 - Valor Proposto pela Contratada: R\$ 15.000,00
- 3.3. Conclusão: O valor de R\$ 15.000,00 proposto pelo Dr. Felipe é inferior ao preço de mercado apurado na pesquisa junto ao PNCP e outras fontes, o que comprova a razoabilidade da proposta e a obtenção da proposta mais vantajosa para o CIMAU.

4. DA RATIFICAÇÃO

Diante do exposto, e em conformidade com o Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, justificamos a contratação do Dr. Felipe Boeira da Ressurreição, OAB/RS 77.007 por Dispensa de Licitação, uma vez que:

- 1. A contratação é necessária e visa o interesse público;
- 2. O valor total está abaixo do limite legal de dispensa;
- O preço proposto é compatível e inferior ao preço de mercado consultado no PNCP, atendendo ao princípio da economicidade.



Submetemos o presente para a devida **Ratificação** pela Autoridade Superior do Consórcio.

RODEIO BONITO, 04 DE NOVEMBRO DE 2025.

Volmir Franchini Borges

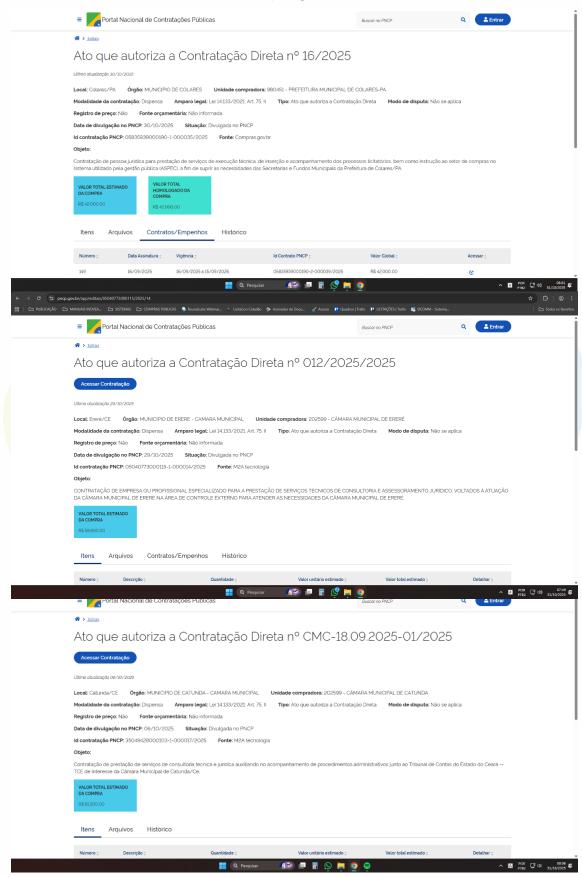
Secretário Executivo do CIMAU

De Acordo:

Luiz Carlos Pinto Ribeiro Presidente do CIMAU



ANEXO I









ANEXO II













ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SECRETARIA DA FAZENDA RECEITA ESTADUAL

CPF: 001.182.960-51

Observação: Se necessário, solicite documento de identificação.

Certificamos que, aos 03 dias do mês de NOVEMBRO do ano de 2025, revendo os bancos de dados da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande Sul, não elidido o direito de a Fazenda proceder a posteriores verificações e, a qualquer tempo, vir a cobrar crédito apurado, o titular do CPF acima se enquadra na seguinte situação:

CERTIDAO NEGATIVA

Constitui-se esta certidão em meio de prova de existência ou não, em nome do interessado, de débitos ou pendências relacionados na Instrução Normativa DRP n° 45/98, Título IV, Capítulo V, 1.1.

Débitos protestados e posteriormente regularizados perante a Receita Estadual do Rio Grande do Sul não impedem a emissão de "Certidão Negativa", porém, caso não sejam pagas as taxas cartoriais, o débito permanece protestado pelo cartório, podendo ser a causa de restrições em entidades de proteção ao crédito. Nesses casos, regularize as taxas diretamente no cartório.

Esta certidão NÃO comprova a quitação:

- a) de tributos devidos mensalmente e declarados na Declaração Anual de Simples Nacional (DASN) e no Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (PGDAS-D) pelos contribuintes optantes pelo Simples Nacional;
- b) de ITCD e de ITBI (nas hipóteses em que este imposto seja de competência estadual Lei n° 7.608/81) em procedimentos judiciais e extrajudiciais de inventário, arrolamento, separação, divórcio, dissolução de união estável ou partilha de bens.

Esta certidão é válida até 1/1/2026.

Certidão expedida gratuitamente e com base na IN/DRP n° 45/98,Título IV, Capítulo V.

A autenticidade deste documento deverá ser confirmada em https://www.sefaz.rs.gov.br/SAT/CertidaoSitFiscalConsulta.aspx com o preenchimento apenas dos dois campos a seguir:

Certidão nº: 38113378 Autenticação: 48523001







CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: FELIPE BOEIRA DA RESSURREICAO CPF: 001.182.960-51

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços http://rrb.gov.br ou http://www.pgfn.gov.br.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014. Emitida às 16:56:56 do dia 03/11/2025 <hora e data de Brasília>. Válida até 02/05/2026.

Código de controle da certidão: 7E42.A746.DE05.C691

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





PREFEITURA DE PORTO ALEGRE SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

CERTIDÃO GERAL NEGATIVA DE DÉBITOS

Esta certidão é válida até: 03/12/2025

Nome: FELIPE BOEIRA DA RESSURREIÇÃO

CPF: 001.182.960-51

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal cobrar quaisquer créditos que vierem a ser apurados, é certificado que, para o contribuinte acima especificado não constam débitos vencidos, lançados até 29 de outubro de 2025.

Certidão emitida em 03/11/2025 às 17:00:36, conforme Decreto 14.560 e Instruções Normativas SMF 04/2003 e 07/2024.

A autenticidade desta certidão deverá ser verificada no sítio da Secretaria Municipal da Fazenda (http://www.portoalegre.rs.gov.br/smf), informando CPF: 001.182.960-51 e o código de autenticidade 7094364F4F22

O presente documento não certifica inexistência de débitos do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza declarados pelo contribuinte no âmbito do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional. Caso o contribuinte seja ou tenha sido optante pelo Simples Nacional nos últimos 5 (cinco) anos, a presente certidão deverá ser complementada por Certidão de Situação Fiscal fornecida pela Receita Federal do Brasil.





03/11/2025, 17:04

Certidões - Certidão Trabalhista 96.619.928.582



Poder Judiciário Federal Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região

Código de verificação: 96.619.928.582

CERTIDÃO ELETRÔNICA DE AÇÕES TRABALHISTAS

Certifica-se, conforme pesquisa no Sistema de Processo Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe) no Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, que até a presente data **NÃO CONSTAM** ações trabalhistas neste Tribunal Regional, em tramitação ou arquivadas provisoriamente, ajuizadas em face da pessoa física identificada pelos dados fornecidos pelo solicitante e de sua inteira responsabilidade.

CPF pesquisado: 001.182.960-51

Certifica-se, conforme pesquisa no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT), que foi emitida no Tribunal Superior do Trabalho (TST) uma certidão de débitos trabalhistas **NEGATIVA**, identificada pelo nº 66010976/2025 e pelo CPF 001.182.960-51, cuja a íntegra está disponível em: http://www.tst.jus.br/certidao

Observações:

- 1. Esta certidão não contempla processos arquivados definitivamente, nem processos de classes que não estejam discriminadas a seguir.
- 2. Esta certidão contempla o polo passivo somente nas seguintes ações no 1º grau: alvará judicial (Alvará), alvará judicial - lei 6858/80 (AlvJud), arresto (Arrest), atentado (Atent), ação civil coletiva (ACC), ação civil pública cível (ACPCiv), ação de cumprimento (ACum), ação de exigir contas (AEC), ação trabalhista - rito ordinário (ATOrd), ação trabalhista - rito sumaríssimo (ATSum), ação trabalhista - rito sumário (alçada) (ATAlc), busca e apreensão (BusApr), cautelar inominada (Caulnom), caução (Cauçao), contraprotesto judicial (CProt), cumprimento de sentença (CumSen), cumprimento de sentença de ações coletivas (CSAC), exceção de impedimento (ExcImp), exceção de incompetência (ExcInc), exceção de suspeição (ExcSusp), execução de certidão de crédito judicial (ExCCJ), execução de termo de ajuste de conduta (ExTAC), execução de termo de conciliação de ccp (ExCCP), execução de título extrajudicial (ExTiEx), execução de título judicial (ExTiJu), execução fiscal (ExFis), execução provisória em autos suplementares (ExProvAS), exibição (Exibic), habeas corpus cível (HCCiv), habeas data cível (HDCiv), impugnação ao valor da causa cível (IVCCiv), incidente de desconsideração de personalidade jurídica (IDPJ), incidente de falsidade (IncFal), interdito proibitório (Interdito), interpelação (Inter), justificação (Justif), mandado de segurança coletivo (MSCol), mandado de segurança cível (MSCiv), monitória (Monito), notificação (Notif), oposição (Oposic), petição cível (PetCiv), produção antecipada da prova (PAP), protesto (Protes), protesto (Protes), reintegração / manutenção de posse (RtMtPosse), restauração de autos (ResAutCiv), tutela antecipada antecedente (TutAntAnt), tutela cautelar antecedente (TutCautAnt)
- 3. Esta certidão contempla o polo passivo somente nas seguintes ações no 2º grau: ação anulatória de cláusulas convencionais (AACC), dissídio coletivo (DC), dissídio coletivo de greve (DCG), oposição (Oposic), pedido de mediação pré-processual (PMPP), protesto (Protes), protesto (Protes), suspensão de liminar ou antecipação de tutela (SLAT)
- 4. Esta certidão contempla o polo ativo somente nas seguintes ações no 2º grau: ação anulatória de cláusulas convencionais (AACC), ação rescisória (AR), dissídio coletivo (DC), dissídio coletivo de greve (DCG), oposição (Oposic), pedido de mediação pré-processual (PMPP), protesto (Protes), protesto (Protes), suspensão de liminar ou antecipação de tutela (SLAT), tutela antecipada antecedente (TutAntAnt), tutela cautelar antecedente (TutCautAnt)
- 5. Esta pesquisa foi realizada a partir do CPF informado pelo solicitante.
- 6. Para verificar a autenticidade desta certidão, acesse: https://pje.trt4.jus.br/certidoes/

Certidão emitida em 03/11/2025 às 17:04

https://pje.trt4.jus.br/certidoes/trabalhista/certidao/96619928582

1/2





govbr



QR-CODE



Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO/SENATRAN